

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE

História

História e Multidisciplinaridade: territórios e deslocamentos



UNISINOS – São Leopoldo – RS / 15 a 20 de julho de 2007

ANAIS

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Os membros do Partido Republicano Rio-grandense (PRR): política, intelectuais e a criação da República no Rio Grande do Sul (1882 – 1902)

Manoel José Ávila da Silva*

Resumo: O trabalho tem o objetivo de relacionar a atividade política desenvolvida pelos membros que formaram o Partido Republicano Rio-grandense (PRR), nas duas últimas décadas do século XIX no Rio Grande do Sul, com o que pode ser definido com uma ação intelectual. Procura-se demonstrar que as atividades políticas do grupo condutor da criação republicana no estado foram acompanhadas de características que as vinculam ao que pode ser definido como práticas intelectuais.

Palavras-chave: Partido Republicano Rio-grandense - Idéias políticas - Ação intelectual.

Abstract: The work has the objective to relate the activity politics developed for the members that had formed Partido Republicano Rio-grandense (PRR), in the two last decades of century XIX in the Rio Grande do Sul, with what it can be defined with an intellectual action. It is looked to demonstrate that the political activities of the conducting group of the republican creation in the state had been followed of characteristics that tie them what it can be defined as intellectual practices.

Keywords: Partido Republicano Rio-grandense – Political ideas - Intellectual Action.

I

A análise do grupo republicano gaúcho entendido como um conjunto que associa ação política e atividade intelectual intelectuais está vinculada a duas premissas. A primeira diz respeito à consideração dos republicanos como um grupo. A segunda ao fato deles desenvolverem, na luta política, a criação (ou recriação) de idéias e conceitos para a intervenção na realidade.

Para a definição e circunscrição dos republicanos gaúchos no final do século XIX me valho de um recorte que já fora feito por Pinto (1979). Na sua dissertação de mestrado a autora elabora um levantamento, através de inventários e vínculos políticos, do grupo de lideranças republicanas gaúchas. Eles são escolhidos por pelos vínculos que têm com a causa republicana através da assinatura de manifestos e de atas, pela elaboração de artigos na imprensa, na fundação de órgãos de imprensa republicanos, na própria fundação do PRR em

* Professor dos Cursos de História, Relações Internacionais, Economia e Ciências Contábeis do Centro Universitário La Salle–UNILASALLE, Canoas-RS, professor e assessor da Rede Municipal de Ensino da SMED-Porto Alegre e doutorando do PPG em História da Universidade do Vale do Rio dos Sinos–UNISINOS, São Leopoldo-RS. E-mail: manoeljo@terra.com.br, manoel@lasalle.tche.br.

1882, por suas participações nas comissões executivas do PRR, como representantes na Assembléia Geral do Império, na Assembléia Provincial e, depois por serem os representantes eleitos para as Assembléias Constituintes do que elaboram as primeiras constituições republicanas do país e do estado.

A autora faz a ressalva que o período em que considera a constituição do grupo se divide em duas partes. A primeira quando o grupo, na década de 80 do século XIX antes da Proclamação da República, está envolvido na propaganda das idéias republicanas. A segunda parte, depois de instalada a República, quando o PRR e seus membros estão ocupados com, além da discussão e consolidação das idéias republicanas, as práticas administrativas e legislativas. Segundo esses critérios ela chega a um grupo composto por 71 membros.

As relações com as idéias republicanas ficam de fora do trabalho. Esse é o passo que quero, de modo sucinto, dar aqui.

A ação política dos republicanos gaúchos é acompanhada da formulação de idéias tanto sobre a República como sobre a realidade brasileira em geral. A crítica ao Império e a busca de uma maior participação no plano das decisões políticas leva o movimento republicano no país (nos centros em que se formam núcleos com suficiente articulação e atividade significativa – na Corte, em São Paulo, em Recife e no Rio Grande do Sul) a estabelecer um debate político que não tinha espaço nos canais institucionais. Esse debate implica na formação de um conjunto de idéias que serve de elemento aglutinador do movimento. A própria concepção de República, acompanhada pela discussão sobre o *federalismo*, e a *abolição da escravidão*, servem de pontos de inflexão para a crítica ao regime imperial. A necessária modernização da economia, das relações sociais e a ampliação das formas de participação política já faziam parte de uma agenda de reformas reclamada por setores progressistas ligados ao Império.

É nesse contexto que se forma um movimento intelectual que a historiografia chama de *Geração de 1870*. Alonso (2002) elabora um estudo sobre esse movimento no qual estabelece algumas perspectivas de análise que adoto para entender o movimento republicano no Rio Grande do Sul.

Alonso estabelece uma ligação estreita entre a ação política e a atividade intelectual, e isso produz uma análise em que o *locus* das práticas dos membros da *Geração de 1870* deixa de ser exclusivamente o intelectual ou o político, para se constituir na combinação dessas duas esferas (Alonso, 2002: 29 e segs.). Uma justificativa importante para tal opção, que tem grandes implicações teóricas, é a constatação da indistinção dos campos político e intelectual no Brasil do final do século XIX.

Observando as trajetórias individuais e o conjunto de obras publicadas nos anos 1870 e 1880 é impossível distinguir “intelectuais” de “políticos”. No Brasil da segunda metade do XIX não havia um grupo social cuja atividade exclusiva fosse a produção intelectual. A existência de uma única carreira pública centralizada no Estado, incluindo desde empregos no ensino até candidaturas ao parlamento, fazia da sobreposição de elites política e intelectual a regra antes que a exceção. (Alonso, 2002: 30)

A partir dessa perspectiva, de que os republicanos gaúchos são parte da *Geração de 1870* e de que sua ação política é uma atividade intelectual orientada para a transformação político-social do Brasil, adoto a caracterização que Alonso faz do grupo. No subgrupo dos *Federalistas Positivistas* analisado pela autora (composto por 11 membros) não há coincidência com o grupo selecionado por Pinto (1979) somente em um nome, Horácio de Carvalho, que não aparece na lista da segunda autora.

Os republicanos gaúchos tinham vínculos predominantemente regionais, apresentavam uma grande homogeneidade e se aglutinaram, inicialmente, em torno de requisições contra a centralização do Império exigindo maior representação no cenário político nacional. Em função do controle estadual ser exercido pelo Partido Liberal, os republicanos constituíram-se fora do sistema político imperial. Com as lideranças oriundas de regiões periféricas à economia, não pertenciam à elite pecuarista que dominava o estado. Suas lideranças tinham uma formação comum (bacharéis formados quase na totalidade na Faculdade de Direito de São Paulo), mas não aspiravam, em função dos laços com a manutenção de suas propriedades e de seus negócios regionais, uma posição na Corte.

Esta situação explica a configuração mais homogênea tanto social quanto regional [do grupo]. Seus membros não tentaram a carreira do funcionalismo público, iam buscar o diploma de bacharel tendo em vista sua utilidade precípua de passaporte para a política. (Alonso, 2002: 156)

Além dos laços acadêmicos, os republicanos gaúchos também se ligavam através de laços pessoais. Ou já tinham sido colegas nos estudos antes de ingressarem nos curso de direito, ou mesmo vieram a ter laços familiares através de casamentos.

A plataforma do grupo gaúcho era predominantemente política: a República Federativa. Seu diagnóstico da crise imperial apontava a incapacidade do sistema político em processar demandas dos que, como eles, estavam de fora das instituições políticas centrais. O repertório da política científica em particular, o positivismo, ajudou a formular o problema como anomia a ser superada por uma nova forma “evolutiva”. (Alonso, 2002: 158)

A proposta de Alonso é a de que todo movimento intelectual no Brasil no final do século XIX, dada a inexistência de um campo intelectual autônomo, redundava em um evento político. O movimento da *Geração de 1870* era, portanto, político e os grupos no seu interior associavam uma construção intelectual para a solução da crise do Império com ações que remetiam a uma necessária *performance* no plano político (Alonso, 2002: 38 e segs.). A análise dos republicanos gaúchos não escapa desse esquema. Considerando a ação política dos republicanos gaúchos, procuro entender onde residiam as suas motivações intelectuais. Como formularam, para orientar a sua ação política, os conceitos de República, de Federação e de uma *política científica*.

Novamente, é Alonso que fornece os recursos teóricos para entender a formação do grupo republicano gaúcho, a origem e a operacionalização dos conceitos de que fazem uso e a constituição de suas organizações e práticas político-administrativas. Considerando a *estrutura de oportunidades políticas*, a formação de uma *comunidade de experiência* e o *repertório* utilizado, a autora busca entender a formação do movimento da *Geração de 1870* (Alonso, 2002: 41-4). É possível fazer o mesmo na análise do grupo de republicanos gaúchos.

O grupo se forma num determinado contexto histórico no qual as condições de ação são determinadas por uma série de limites estruturais: a indistinção dos campos político e intelectual, a estrutura política do sistema representativo imperial e as relações econômicas. Isso constitui uma estrutura de relações de poder histórica que define as possibilidades de embate político e permite estabelecer quais são as possibilidades de ação política.

A própria constituição do grupo, e a posterior institucionalização com a formação do PRR, podem ser entendidas como decorrentes de um conjunto de práticas, ambientes e formação comuns, experimentados pelos seus componentes. A constituição de interesses e práticas comuns se dá no interior de uma experiência vivida pelos republicanos gaúchos. Mais que as suas origens sociais, aparecem como resultantes na constituição do grupo, e das idéias republicanas defendidas pelos membros do PRR, as relações entre as posições ocupadas pelos membros na conjuntura específica do final do século XIX no Rio Grande do Sul e as idéias que serviam de base para a contestação e crítica ao Império. É importante não esquecer que os republicanos gaúchos ocupavam posições marginais, tanto em relação ao sistema político nacional como no plano da província, antes da Proclamação da República. Essa comunhão segue válida na República e se estabelece através da manutenção dos vínculos e práticas administrativas em geral, contaminadas pelas ligações pessoais.

Decorre daí que essas idéias, longe de serem meras cópias ou adaptações das idéias originais, especialmente européias no caso dos republicanos gaúchos, vão compor um

repertório. Em associação com a conjuntura política do final do Império, algumas idéias vão sendo incorporadas pelos seus críticos. São recursos para a crítica ao Império. E eles abrangem desde idéias até *formas de agir* (Alonso, 2002: 44). As práticas políticas, não institucionalizadas em virtude dos vetos da estrutura do sistema político imperial, dos republicanos gaúchos incluíam desde manifestações públicas, manifestos, criação de clubes, até a consolidação do grupo em trono do PRR. E depois seguem, na busca da afirmação da República, nas práticas administrativas do pós-1889.

II

A pesquisa que dá ensejo a este ensaio ainda está em andamento. Apresento apenas evidências que relacionam as questões acima referidas com os conceitos operacionais para a análise. Na documentação, especialmente correspondências entre os republicanos, petições e processos, pode-se encontrar exemplos da existência de uma *comunidade de experiência* e de um *repertório* que passa por um processo de resignificação.

Dois exemplos de como havia uma relação que misturava os vínculos pessoais e os públicos entre as lideranças e representantes do PRR, já no final do século XX, com a República instalada.

Aureliano Barbosa, em 20 de abril de 1899, de Itaqui escreve uma carta para Antônio Augusto Borges de Medeiros com o cabeçalho grafado “*Confidencial*”. Aureliano era então deputado na Câmara Federal. A carta trata da investigação sobre o assassinato de um correligionário, Gabriel Machado. Antes Borges de Medeiros havia enviado o delegado de São Francisco de Assis para as diligências, nas quais Aureliano ajudou “espiritualmente tanto quanto me foi possível e o caso comportava”. Como o caso permaneceu sem solução Aureliano seguiu as investigações por conta própria e pelo interesse pessoal em desvendar quem fora o assassino de Gabriel Machado, liderança republicana em Itaqui. Numa passagem da carta Aureliano afirma:

Em conversa íntima com Pinheiro Machado e outros amigos, no Rio, ao recebermos a notícia do assassinato, eu disse lhe que suspeitava do cidadão Marinho Fernandes e n’outrem de quem elle fallou te em telegramma. (IHGRGS - Arquivo Borges de Medeiros; correspondência 2499-2)

As suas suspeitas são postas em dúvida por ele mesmo e de posse de uma carta de Marinho Fernandes, que pede sua ajuda para voltar ao Brasil e se apresentar como inocente no crime, ele pede que Borges o informe se o suspeito pode retornar sem problemas (já que fora

considerado desertor da Brigada Militar na “*revolução*”). Aureliano acima de tudo não quer ser leviano e expor Marinho ao castigo injusto das autoridades locais. Vale-se dos vínculos pessoais com o governador e da referência ao senador Pinheiro Machado para tentar solucionar o assassinato de um outro republicano.

Outra evidência da existência de uma base de experiências comuns é apresentada em outra carta do mesmo Aureliano Barbosa (IHGRGS - Arquivo Borges de Medeiros; correspondência 2500-7). Datada de 13 de maio de 1899, também foi enviada de Itaqui. No cabeçalho apresenta a inscrição “*Íntima*”. Na carta recorre ao julgamento de Borges de Medeiros e de Julio de Castilhos sobre o seu pedido de ausentar-se da sessão parlamentar daquele ano no Rio de Janeiro e renunciar ao mandato de deputado federal. Alegando motivos pessoais e dívidas (muitas ainda como consequência do fato de ter vendido o seu gado durante “*revolução*”, a Revolta Federalista de 1893), ele afirma que para sobreviver tem se dedicado cada vez mais às atividades de advogado. Os vínculos como republicano histórico, a alusão ao envolvimento na Revolta Federalista de 1893 e a carreira comum de advogado (atividade que Aureliano expõe em detalhes, fazendo até uma crítica à morosidade dos juízes e do Superior Tribunal do Estado) demonstram uma formação acadêmica semelhante e um equivalente denodo à causa republicana. E justificam a renúncia da atividade pública em função de compromissos particulares. A obediência e o senso de pertencimento ao grupo e ao PRR aparecem no encerramento da carta:

Creio que com esta tenho motivada a minha falta de homem publico. Julgareis da procedencia ou improcedencia de minha escusa e, como meus superiores [Borges de Medeiros e Julio de Castilhos] nas deliberações do partido, vos condemnareis ou não.

Saudo vos Com estima e consideração

O Vosso Am^o. e Correlig.

Aureliano Barbosa (IHGRGS - Arquivo Borges de Medeiros; correspondência 2500-7)

Uma última evidência, esta ligada a existência de um *repertório* que é ressignificado pelos republicanos gaúchos aparece numa carta remetida pelo Club L. D. 20 de Setembro a Apolinário Porto Alegre. Está em discussão a própria definição de República e Apolinário é demandado que dê sua opinião sobre a validade dos conceitos e sobre a pertinência do sistema parlamentar:

Secretaria do Club L. D. 20 de Setembro

Em Porto Alegre, 25 de outubro de 1885.

Cidadão

Envio-lhe a seguinte these, para o distincto co-religionario, como director da Comissão de Redacção, dar o competente parecer:

1ª Parte – A republica deve ser constituída sob os dogmas metaphisicos de J. J. Rousseau – soberania do povo e igualdade – e o dogma de Voltaire – liberdade de consciência, dogmas estes demolidores, que serviram para decompor o regime catholico-feudal, ou deve ser ela constituída pelos princípios fornecidos pela nova sciencia-social - a Sociologia?

2ª Parte: É conveniente ou não o systema parlamentar? Será elle a discussão ampla ou o monopólio da discussão?

Christiano Reis

Saude e fraternidade

Cidadão Appolinario Porto Alegre

O 1º Secretario

Souza Moura

(IHGRGS; pasta Apolinário Porto Alegre – Porto Alegre (1862-1970))

A referência às fontes das idéias é explícita. A necessidade de ressignificação também. Ela é uma necessidade imposta pelas circunstâncias históricas e pelo contexto regional.

A continuação da pesquisa deve fornecer mais evidências que permitam a construção de uma afirmação mais categórica sobre a validade do uso de tais conceitos.

III

Procurei ao longo do ensaio demonstrar duas coisas. A primeira é a de que os republicanos gaúchos no final do século XIX exerceram, para além da aparência política de suas ações, e por causa delas mesmo, uma atividade intelectual, criadora de interpretações da realidade estrutural e vinculada à conjuntura. É através dessa criação e ressignificação de conceitos como República e Federação que foi possível orientar as ações políticas e estabelecer as práticas políticas do movimento republicano e as posteriores práticas administrativas.

A segunda coisa que tentei fazer foi apresentar uma abordagem que, com os conceitos de estrutura de oportunidades políticas, de comunidade de experiência e de repertório, considerasse a possibilidade de estudo do movimento republicano no Rio Grande do Sul como um movimento em que as idéias têm uma importância tão grande quanto a descrição das ações políticas.

A formação do grupo republicano, anterior ao próprio aparecimento do PRR, coloca em destaque a relevância dessa abordagem. Fora do processo político institucionalizado pelo Império os republicanos recorrem a estratégias diversas que podem ser detectadas quando se estudam os processos interpretativos que eles estabeleceram com a realidade política, social e econômica do período. Encará-los como tendo uma atividade

intelectual permite percorrer esse processo de incorporação e recriação das idéias que informavam o movimento republicano.

Qual República e qual Federação? Que sentido dar para uma política científica e racional? Estas perguntas podem ser respondidas através da consideração do movimento republicano como um movimento intelectual. Num momento histórico em que o público e o privado aparecem de modo indistinto, as esferas intelectual e política também surgem integradas.

A análise das idéias dos republicanos gaúchos, olhada através da composição do grupo (estabelecido por Pinto) e dos conceitos que as informam, no contexto de um movimento intelectual, como foi o da *Geração de 1870* (investigado por Alonso), permite entender a relação existente entre o material que os informa e as criações e práticas políticas resultantes. Trata-se de entender a criação da República no Rio Grande do Sul no que ela deve a um modelo geral, definido por uma clara separação entre o interesse privado e o público, e no que tem de um modelo circunstancialmente instalado, sujeito às influências de uma política científica, aos anseios federalistas e às práticas personalistas e clientelísticas que marcaram a política brasileira no final do século XIX e início do XX.

Referência bibliográfica

- ALONSO, Angela. 2002. **Idéias em movimento**: a geração de 1870 na crise do Brasil- Império. São Paulo: Paz e Terra.
- BOBBIO, Norberto. 1996. **Os intelectuais e o poder**. São Paulo: Editora Unesp.
- BOURDIEU, Pierre. 1992. Campo de poder, campo intelectual e habitus de classe. In: **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 1992. p. 183-202.
- CARVALHO, José Murilo de. 1981. **A construção da ordem**: a elite política imperial. Brasília: Editora Universidade de Brasília.
- _____. 1988. **Teatro de sombras**: a política imperial. São Paulo: Vértice; Rio de Janeiro: IUPERJ.
- CHARLE, Christophe. 2001. **Intelectuales en el siglo XIX**. Madrid: Siglo XXI de Espana.
- PINTO, Céli Regina Jardim. 1979. **Contribuição ao estudo da formação do Partido Republicano Rio-grandense (1882-1891)** (Dissertação de mestrado). Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul. mimeo.